

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

RESENHA DE GOMES, PAULO CÉSAR DA COSTA. A CONDIÇÃO URBANA: ENSAIOS DE GEOPOLÍTICA DA CIDADE. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL. 2002, 304 P.

*William Papi*

*Boletim Gaúcho de Geografia, 32: 155-157, dez., 2007.*

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37455/24206>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - dez., 2007

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Resenha de GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: Ensaio de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002, 304 p.

William Papi<sup>1</sup>

O livro “A Condição Urbana”, de Paulo César da Costa Gomes, está dividido em duas partes. Na primeira parte, com cinco capítulos, explicita suas matrizes epistemológicas para nos cinco capítulos posteriores analisar algumas questões relativas a regionalismos, movimentos sociais e disputas territoriais a partir deste ferramental teórico-metodológico, fechando com algumas considerações finais acerca do trabalho.

O autor constrói a obra a partir de alguns pressupostos, sendo dois deles importantes de ser destacados. O primeiro diz respeito às diferentes organizações “fenômenos” e movimentos sociais que, segundo Gomes, apresentam em comum a ligação com dinâmicas espaciais e com disputas territoriais. Este pressuposto, inclusive, dá origem ao nome da obra “A Condição Urbana”, que se refere a “um estatuto dado a um adensamento populacional, dotado de formas estritamente relacionadas à organização urbana (...) Indissociável destas formas era a estrutura de poder, e as cidades constituíam simultaneamente sua sede, sua representação e a condição para seu exercício. A concepção romana do poder o associava necessariamente a uma extensão física, um território, sobre a qual ele se organizava e se exprimia” (p.11).

O segundo pressuposto está relacionado às estratégias mobilizadas no controle e disputas territoriais: uma, relativa ao território enquanto limites determinados mediante regramento (leis) e adesões “contratuais”, caracterizada como *nomoespaco*; a outra, relativa a dinâmicas espaciais que obedecem a laços familiares e de vizinhança, e que através de identidades culturais comunitárias estabelecem vínculos territoriais, caracterizada como *genoespaco*.

A partir dos pressupostos acima explicitados, o autor toma como objetivo utilizar as matrizes metodológicas de *nomoespaco* e *genoespaco* na compreensão de certas dinâmicas nas quais o espaço é fundamental, abrindo novos campos de pesquisa para a Geografia (p. 83), assim como trazendo o elemento espacial para o centro das questões relativas à cidadania e à democracia. É importante reforçar a idéia de que o autor não entende as categorias *nomoespaco* e *genoespaco* como “estados antitéticos do espaço, mas sim como estratégias mobilizadas em momentos diversos e contextos

---

1 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

diferentes, que nos ajudam a compreender certos processos socioespaciais”(p. 118).

Característico de organizações territoriais como a cidade romana, as cidades-estado e o Estado Moderno, o nomoespaço é definido como um tipo de relação social com o território, entendido como uma extensão física, limitada, instituída e regida por lei. Desta forma, é caracterizado como “um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços de solidariedade de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados” (p. 37).

Partindo da idéia de contratos entre indivíduos, Gomes percebe o nomoespaço não somente através da idéia de isonomia, sob o ponto de vista do direito, entre os diferentes integrantes do território. Por se caracterizar por contratos entre diferentes, o nomoespaço se constitui enquanto espaço hierarquizado e que possibilita, dentro e através de seus marcos normativos, garantir e reafirmar privilégios de determinados grupos sobre outros. Sendo, portanto, um espaço formal, a identidade territorial se dá através da livre adesão às normas e contratos formais, opondo-se assim, à outra matriz espacial denominada genoespço.

Apresentando como principal exemplo a cidade medieval, Gomes define o genoespço a partir de comunidades ou grupos, que buscam na diferenciação, ou seja, na sua singularização em relação a outros grupos, a legitimação do domínio e controle de determinados territórios. Sendo assim, as disputas territoriais “não possuem nunca um caráter cosmopolita, não sendo a dinâmica dessas lutas inclusiva, visto que se define pela diferenciação ontológica...” (p.61).

A comunidade ou grupo territorial é caracterizado a partir de laços étnicos, culturais, religiosos, de parentesco entre outros. Sob esta perspectiva, a identidade se forja não pela livre adesão a contratos, mas pelo sentimento de pertencimento, onde “o coletivo tem absoluta preeminência sobre o indivíduo, e a construção de uma identidade se faz dentro do coletivo por contraste com o outro” (p. 60). Para Gomes, este tipo de identidade comunitária corresponde a uma identidade territorial, onde a divisão espacial está intimamente ligada à história de uma origem comum. Por isso, suas fronteiras são menos nítidas, sendo seus limites identificados não por “linhas precisas”, mas sim através da língua, costumes, religião e gêneros de vida (p.63). A fragmentação territorial é percebida também na ausência de um direito territorial, tendo as tradições um papel substitutivo das leis características do nomoespaço.

Outro relevante aspecto que diferencia o genoespço diz respeito à sua hierarquização. Segundo Gomes, o genoespço apresenta uma

simplificação na hierarquia territorial, dividida em líderes e os demais integrantes.

Apesar de ter caracterizado a cidade medieval como um exemplo típico de genoespço, o autor discorda das análises que o vinculam a sociedades primitivas ou, na atualidade, a um modelo que foge às sociedades ocidentais. Para Gomes, genoespço e nomoespço apresentam evoluções diferentes, sendo o espço, no primeiro, uma condição formal responsável pela classificação das coisas e das ações que nele se passam; no segundo, estabelece-se uma relação ontológica entre um grupo e o local, ou melhor, uma identidade ontologicamente fundada em um local.

Ainda dentro de uma discussão teórico-metodológica, o autor passa a analisar como as estratégias territoriais de nomoespço e genoespço podem ser utilizadas como matrizes metodológicas na compreensão do processo de constituição e caracterização de modelos políticos e sociológicos,

Dentro dos modelos políticos, Gomes discute as categorias Estado, nação e Estado-nação. Segundo o autor o Estado está vinculado à idéia de nomoespço, ou seja, a limites territoriais definidos e regradados por lei. Já a nação caracteriza-se pelo sentimento de pertencimento de seus integrantes, ou seja, pela identidade nacional, muito relacionada com o genoespço.

O Estado-nação forma-se, assim, pela tentativa de “unir, num mesmo território, as projeções obtidas a partir das leis que fundam o Estado e seu limites, e a imagem de um sentimento de pertencimento a uma comunidade identitária ”(p.88). Desta forma, o sentido da nacionalidade, a partir do surgimento do Estado-nação, ganha novos contornos e levanta alguns problemas.

A tentativa de igualar os conceitos de Estado e nação leva muitas vezes a definir os limites do Estado Moderno como artificiais e causa de guerras e disputas étnicas territoriais. Entretanto, o autor traz importantes elementos para compreender como a vinculação do território a uma etnia desencadeou uma série de sangrentos processos de disputas territoriais e de xenofobia após a Primeira Guerra Mundial, assim como busca ressaltar o papel libertador de alguns processos de independência que se caracterizam pela constituição do Estado-nação. Esta constatação leva Gomes a levantar críticas ao multiculturalismo, ao destacar seu caráter particularista e fragmentário através da diferenciação de outros grupos, assim como pelas dificuldades que se apresentam na delimitação territorial de culturas.

Em relação aos modelos sociológicos, busca contrapor, a partir do diálogo com inúmeros autores, o “espço da civilização” do “território da cultura”. Em meio a esta discussão, Gomes contrapõe a formação do Estado alemão, vinculado à idéia de cultura local, à do Estado francês, fundado sob princípios universalistas de liberdade e igualdade. Sob a perspectiva iluminista

francesa a ser “o lócus da temperança, do controle das pulsões individuais sobre bases racionais e lógicas” (p.109).

Após a discussão metodológica o autor traz questões atuais relativas a dinâmicas sócioespaciais e disputas territoriais que, sob um olhar geográfico, demonstram a centralidade do espaço na análise destes processos.

Desta forma, a cidadania, palavra derivada de cidade, passa pela análise da constituição e regressão física do espaço público. Para o autor, o espaço público se diferencia do conceito de esfera pública, muito estudada pelos cientistas sociais, por trazer exatamente a dimensão espacial para o centro da questão. Na percepção do autor, atualmente, pode-se perceber uma regressão dos espaços públicos que corresponde a um “reclínio da cidadania” devido à crescente apropriação privada dos espaços comuns, progressão das identidades territoriais, emuralhamento da vida social e crescimento de ilhas utópicas.

Nos três últimos capítulos, o autor analisa fatos concretos onde ocorrem disputas territoriais identitárias sob diversos objetivos. Essas análises passam pelos arrastões ocorridos nas praias do Rio de Janeiro, questões relativas às partidas de futebol e suas disputas territoriais via grupos de torcedores e pelas contradições existentes na disputa entre grupos que reivindicam a emancipação da Província de Quebec, Canadá, e aqueles contrários à sua autonomização.

O livro traz, portanto, algumas importantes contribuições para o debate atual sobre o urbano e a cidade na geografia e nas ciências sociais. A primeira diz respeito à análise que, sob uma perspectiva geográfica, trouxe a centralidade da dimensão territorial nas questões relativas à cidadania e à democracia. A segunda, às matrizes espaciais nomoespaço e genoespaço, importantes na análise das dinâmicas territoriais. E, por fim, a importância da pesquisa e análise científica através de diversas escalas, como forma de compreender os processos sócioespaciais.